

PARTICIPAÇÃO E APRENDIZAGEM NOS PROJETOS SOCIAIS DO POVO INDÍGENA XAKRIABÁ – EXPLORANDO POSSIBILIDADES DE ANÁLISE

PARTICIPATION AND LEARNING IN THE SOCIAL PROJECTS OF THE INDIGENOUS PEOPLE XAKRIABÁ – EXPLORING POSSIBILITIES OF ANALYSIS

Suzana Alves Escobar¹
Ana Maria Rabelo Gomes²

Resumo:

O artigo retoma parcialmente uma pesquisa concluída em 2012, na qual foram investigadas práticas de associativismo do povo indígena Xakriabá, focalizando a participação dos sujeitos na elaboração, implantação e gestão dos projetos sociais. Foram tomadas para análise as *reuniões* (enquanto espaços locais de condução das atividades), explorando as relações de poder, as mediações exteriores às comunidades nos contatos com os diferentes agentes envolvidos e a presença da escrita. Constatou-se que a forma de participação dos sujeitos é delineada e vivenciada, dentre outros fatores, a partir das concepções engendradas nas relações de poder local, sendo que elas mesmas fazem parte do movimento provocado pelo associativismo e pelos projetos sociais.

Palavras-chave: Participação. Aprendizagem. Projetos Sociais. Povo Indígena Xakriabá.

Abstract:

Current paper partially returns to the research, concluded in 2012, about the association practices of the indigenous people xakriabá. The analysis were focused on the subjects participation in the preparation, setting up and management of social projects. *Meetings* (as local spaces for the performance of activities) are analyzed with regard to power relationships, external mediations to communities in their contact with contact with the agents involved. The subjects' participation way is delineated and experienced from concepts produced in their relationships with the local power, although these concepts are part of the movement triggered by associativism and social projects.

Keywords: Participation. Learning. Social projects. Indigenous people Xakriabá.

INTRODUÇÃO

O presente artigo retoma parcialmente uma pesquisa concluída em 2012³, na qual foram

investigadas práticas de associativismo do povo indígena Xakriabá, focalizando a participação dos sujeitos na elaboração, implantação e gestão dos projetos sociais. O foco principal das análises aqui rediscutidas são as *reuniões* enquanto espaços locais de condução das atividades, em particular as de interesse da coletividade. Para análise desse evento em sua singular configuração, foram exploradas as relações de poder, as mediações exteriores às comunidades nos contatos com os agentes externos e a presença e/ou utilização da escrita, e das necessárias mediações realizadas em torno dela. Constatou-se que a forma de participação dos sujeitos é delineada e vivenciada, dentre outros fatores, a partir das concepções engendradas nas relações de poder local, sendo que elas mesmas fazem parte do movimento mais

¹ Doutora em Educação pela FAE/UFMG-MG. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais. E-mail: suzanaescobar@bol.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade de Bolonha e Pós-Doutora no Museu Nacional/UFRJ, Professora do Programa de Pós-Graduação da FAE/UFMG. E-mail: anagomes.bhz@terra.com.br

³ Trata-se da pesquisa intitulada *Os projetos sociais do povo indígena Xakriabá e a participação dos sujeitos: entre o “desenho da mente”, a “tinta no papel” e a “mão na massa”*, desenvolvida por Suzana Escobar (2004) como parte das atividades do Doutorado em Educação (FAE/UFMG), e contou com a interlocução do Grupo de Educação Indígena da FAE/UFMG que desenvolve projetos de extensão, ensino e pesquisa interdisciplinares e interinstitucionais junto aos Xakriabá desde 2004; além de ter interfaces com o grupo de pesquisa em Antropologia & Educação da mesma faculdade e do

Observatório da Educação Escolar Indígena (OEEI/UFMG), ambos coordenados por Ana Maria Rabelo Gomes.

recente provocado pelo associativismo e pela introdução dos chamados projetos sociais⁴ na vida das comunidades.

O tema da participação entra aqui como categoria conceitual nativa – dela se fala nas aldeias e se avalia frequentemente a sua pertinência quando o tema em discussão são os projetos sociais – assim como categoria conceitual para análise das reuniões. Tal abordagem vem da contribuição de dois autores: Jean Lave (1991) com o tema da aprendizagem situada e da participação nas práticas como dispositivo que promove a aprendizagem, assim como da mudança nas formas de participação como evidência mesma de que algo foi aprendido; e Alessandro Duranti (1994), antropólogo linguista que propõe a participação como categoria de análise das interações verbais, provocando um deslocamento que, como ele anuncia em seu livro, vai da gramática à política.

O tema é ainda importante por revelar dinâmicas que não se apresentam somente na terra indígena, mas acabam por entrar nas instituições que lidam com a educação escolar indígena, inclusive nas universidades, especialmente quando é prevista a participação de representantes indígenas na condução dos cursos específicos, como é o caso da licenciatura indígena da UFMG-MG⁵.

A Terra Indígena Xakriabá situa-se no município de São João das Missões no norte de

Minas Gerais. O processo de contato com esse povo iniciou-se desde a chegada dos bandeirantes à região, em meados do século XVI, quando a região era densamente povoada por diferentes etnias. Em 1728, receberam uma Carta de Doação em função do fechamento da missão que havia na então São João dos Índios. A partir da segunda metade do século XVIII, verifica-se uma progressiva e veloz entrada do componente colonizador, que vai reduzir drasticamente a presença indígena na região (cf. SANTOS, 2013). No início do século XX, os Xakriabá aparecem como o único povo indígena de que se tem notícia no cerrado norte-mineiro, e aí viveram, acolhendo camponeses pobres de outras regiões até que o desenvolvimento rural em meados desse século ameaçou o convívio no território. O conflito de terras iniciou-se, impondo aos Xakriabá uma história de luta sangrenta até a homologação da terra indígena em 1989. Hoje enfrentam o desafio da luta pela sobrevivência.

A população Xakriabá é estimada em 8.000 índios, distribuídos em várias aldeias e sub-aldeias em 53.074,92 ha de área, o que, em relação ao espaço humano e geográfico, equivale a mais de 70% da área e população do município de São João das Missões. Os Xakriabá experienciaram uma história de longo e complexo contato com a sociedade nacional e, por consequência, vivem em recorrente interação com ela, sem terem sido dissolvidos, enquanto povo indígena, nesse convívio.

Nesse contexto histórico de intenso contato é que se delineou, como objeto da pesquisa, a participação nos projetos sociais dos sujeitos Xakriabá, nas suas diversas formas, e através de diferentes mediações produzidas pela oralidade e pela escrita. A participação dos indígenas, entretanto, não tem o mesmo sentido que assume para órgãos governamentais ou não governamentais, ou presumida por eles, que a consideram como institucionalização do diálogo – diálogo, aliás, considerado pelos indígenas como insuficiente e, em alguns casos, com indícios de manipulação de suas lideranças. O que se buscou focalizar foi a perspectiva dos próprios Xakriabá com a participação nos projetos elaborados e geridos por suas associações, e não a participação indígena nas políticas indigenistas da sociedade nacional; essa é uma outra discussão que mereceria outras reflexões.

Os projetos sociais investigados na pesquisa foram contemplados com recursos de

⁴ A expressão “projetos sociais” é de uso local, surgida na interface com os financiadores externos, e, por vezes, é referida somente por “projeto”. Por ocasião da pesquisa, havia, na TIX, doze entidades jurídicas ligadas ao associativismo que se envolveram, desde meados dos anos de 1990 até o final da pesquisa, com, pelo menos, vinte e oito projetos de segurança alimentar, cultura, saúde. Gerenciando um montante aproximado de R\$1.658.058,00, tal verba foi acessada de um leque de financiadores, governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiros, dentre os quais se destacam: Ministério do Meio Ambiente, Prefeitura Municipal de São João das Missões, Ministério da Saúde, Ministério da Cultura, Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN). Grande parte dos recursos dos órgãos e das entidades financiadoras dos pequenos projetos com povos indígenas tem como fonte os recursos bi ou multilaterais, administrados pelo Banco Mundial.

⁵ A Formação Intercultural de Educadores Indígenas (FIEI), curso de oferta anual de vagas que funciona na FaE/UFMG, é conduzida em gestão compartilhada entre o Colegiado do Curso e o Conselho Consultivo Indígena. Além disso, é previsto, na proposta curricular, que os chamados percursos acadêmicos, que incluem as pesquisas e os trabalhos de conclusão de curso dos estudantes indígenas, devam se articular com os projetos sociais de suas comunidades.

financiadores externos, como os órgãos públicos e as ONGs. O processo de implantação deles desencadeia um conjunto de ações coletivas, que envolvem as comunidades das aldeias em diferentes níveis, em processos que possuem também uma dimensão formativa, e cuja análise pode contribuir para a compreensão de outros processos semelhantes que ocorrem em contextos empíricos diferentes, dentre eles, a educação escolar.

Durante as investigações junto às associações, foi possível verificar e analisar a experiência do povo Xakriabá com o associativismo e com os projetos sociais, e chegou-se à conclusão de que tais experiências se constituem para ele como marcas relevantes de seu momento atual. Constatou-se que a forma de participação dos sujeitos é delineada e vivenciada, dentre outros fatores, a partir das concepções engendradas nas relações de poder local, sendo que elas mesmas fazem parte do movimento provocado pelo associativismo e pela implementação dos projetos sociais.

PARTICIPAÇÃO E APRENDIZAGEM NOS XAKRIABÁ – EXPLORANDO PERSPECTIVAS TEÓRICAS

A ideia de participação surgiu tanto como categoria local e, portanto, objeto de investigação da pesquisa, quanto como categoria teórica para possibilitar a compreensão da dinâmica que envolve a concepção, implantação e gestão dos projetos sociais e dos processos de aprendizagem que ocorrem nessas práticas sociais coletivas. Trata-se de analisar a interação com a implicação do sujeito, a que grupo pertence e qual lugar ocupa.

Escolher a participação como categoria de análise exigiu o desafio de discorrer sobre seu significado no contexto da pesquisa. Optou-se por analisá-la a partir do envolvimento dos sujeitos na prática social, de modo a abarcar o campo empírico sob um ângulo que fosse capaz de favorecer uma descrição detalhada dos dados, um enquadramento teórico que desse conta de detalhes que facilmente escapariam à investigação. Nessa direção, optou-se por eleger as abordagens propostas por Duranti (1994, 2000 e 2003) e Lave e Wenger (1991), nas quais a participação foi tomada como chave para as investigações realizadas, contribuindo para ampliar a possibilidade de análise das interações

vivenciadas pelos sujeitos Xakriabá inseridos no contexto dos projetos sociais.

As referências teóricas no campo da antropologia linguística ajudaram a entender a participação dos falantes como atores sociais, na medida em que foram explicitados vínculos sociais estabelecidos entre eles, e deles com as associações e com as aldeias como um todo. Foi nesse sentido que se observa que, para eles, a participação em projetos sociais pode ocorrer de variadas maneiras e a interação entre as pessoas, tanto nos seus grupos quanto nas associações, fica mais bem compreendida quando são consideradas em sua totalidade. Foi possível identificar as relações de poder construídas socialmente nessas situações, assim como verificar que é no campo da oralidade que se dá a concepção, implantação e gestão dos projetos sociais. Esse campo se constitui como a base da escrita, que, por sua vez, está sempre dentro de um contexto no qual se movimenta essa rede de inter-relações. O conteúdo que informava sobre os processos relacionados aos projetos sociais não se expressava apenas na fala, mas também nas condutas, nos silêncios, nos arranjos de tempos e espaços.

No livro *From Grammar to Politics*, Duranti (1994) apresenta o resultado de sua pesquisa realizada no final dos anos de 1970, na Samoa Ocidental, narrando com riqueza de detalhes a trajetória através da qual desenvolveu as investigações, expondo as dúvidas e revisões de rumo a que foi submetido. Na narrativa apresentada, contrariando o *homo academicus* que gosta do acabado, Duranti apresenta os vestígios das mudanças de rumo, os toques e retoques no projeto de pesquisa. Participante de uma equipe que desenvolvia um amplo projeto, seu papel seria descrever e analisar as formas gramaticais usadas pelos samoanos adultos, a fim de compreender a aquisição da linguagem pelas crianças samoanas. Sentindo-se incomodado quando comparava os dados em situações de pesquisa nas quais havia uma provocação da resposta e o que conseguia registrar por meio de interações espontâneas, o autor conta que avançou na pesquisa a partir da observação das circunstâncias de uso da fala, quando se envolveu com a prática, na vida samoana, isto é, o *fono* – instância de discussões a respeito de assuntos de interesse da comunidade. Como sugere o título do livro, da atenção inicial aos enunciados, ele passou a privilegiar a análise das relações de

poder que organizavam os usos da fala. Inspirada nesse cenário, a pesquisadora encontrou sustentação teórica para a experiência de entrar no mundo social do povo Xakriabá, onde os projetos sociais estão imersos e se materializam na participação, especialmente nas reuniões⁶.

Duranti aborda a participação em sua dimensão de interação humana, considerando-a como um conceito tomado em diversas áreas – linguística, antropologia, psicologia – sendo que, na antropologia linguística por ele proposta, a opção é pelo estudo da participação tomada como unidade de análise, a partir da linguagem utilizada em interações, tais como: trocas cerimoniais, discursos orais, narrativas, discussões, brincadeiras.

Discutir analiticamente a participação conduz também aos estudos realizados por Jean Lave e Etienne Wenger (1991), nos quais formularam a teoria da “aprendizagem situada” em “comunidades de prática”. O dilema da pesquisa foi alinhar os usos e as percepções acerca da comunidade de prática nos referenciais teóricos, nas observações em campo e o conceito de *comunidade* que os próprios sujeitos Xakriabá, assim como outros povos, utilizam no seu discurso e em sua vivência.

O termo comunidade apresenta uma série de implicações, uma vez que há o uso habitual da língua portuguesa pela sociedade nacional, o uso pelos próprios sujeitos da pesquisa e o da proposição dos autores Lave e Wenger (1991). Considera-se aqui o conceito de comunidade a partir da visão comum entre antropólogos e sociólogos que a colocam como possibilidade de enquadramento de estudos locais; e o alinhamento possível com a noção de comunidade de prática diz respeito à possibilidade de dar unidade às recorrências observadas em campo.

Os autores, ao analisar o que chamam aprendizagem situada, abordam os conceitos de “participação periférica legitimada” e “participação plena”, ao se referir a diferentes situações de prática social em comunidades específicas. O entrelaçamento que se observa entre o processo de aprendizagem e o “engajamento na prática” dos sujeitos envolvidos é a peça-chave da obra referida e foi também considerado na investigação com os Xakriabá. Os autores analisaram pesquisas a respeito da

aprendizagem com parteiras Yucatecas, com alfaiates Vai e Gola (da Libéria), com contramestres navais, com açougueiros e na associação dos alcoólicos anônimos, identificando a aprendizagem como um processo que se dá por meio da participação do que se chamou nessas situações de “comunidades de prática” cujas atividades eram desenvolvidas especialmente em determinados locais: as moradias das parturientes Yucatecas, a oficina do alfaiate, o açougue, o navio e as reuniões dos Alcoólicos Anônimos.

Segundo essa abordagem, a aprendizagem como uma atividade situada ocorre de forma relacional, ou seja, “[...] a aprendizagem é um aspecto central e inseparável da prática social” (LAVE; WENGER, 1991, p. 04) e é nesse sentido que se propõe o conceito de participação periférica legitimada. Os autores esclarecem que participação periférica corresponde à localização do sujeito no mundo social e a legitimidade envolve as relações de poder. A participação periférica legitimada é um conceito dinâmico e não significa participação parcial ou irrelevância na atividade em curso.

Não há, na formulação feita no livro *Situated learning* (LAVE; WENGER, 1991), um plano pedagógico em relação à aprendizagem nem a comunidade de prática deve ser vista como um ente que se cria e que pode ser comparável ao discutível conceito de sociedade; trata-se de uma categoria analítica para investigar a prática social num processo complexo de aprendizagem. Para identificar uma comunidade de prática, é necessário perceber o sistema de atividades realizadas por um grupo de pessoas situadas no mundo, que compartilham compreensões sobre aquilo que fazem e sobre os significados dessas ações e que, por fim, estabelecem as condições para a aprendizagem. Nesse sentido, a comunidade de prática é definida como “[...] um conjunto de relações entre pessoas, atividade e mundo, ao longo do tempo e em relação com outras comunidades de prática tangenciais e entrecruzadas”⁷ (LAVE; WENGER, 1991, p. 98).

O objetivo da escolha de tal quadro teórico foi identificar o movimento da *comunidade*. Nesse sentido, a descrição da interação nas pesquisas relatadas pelos autores e a abordagem das estruturas de participação foram relevantes. Para a

⁶ Serão referidos em itálico os termos nativos que aparecem no texto, fora das citações mais longas.

⁷ Tradução nossa do original: *a set of relations among persons, activity, and world, over time and in relation with other tangential and overlapping communities of practice.*

análise dos dados, foi importante considerar que fazem parte da concepção de comunidade de prática características com as quais deparamos nas situações de campo, quais sejam: grupo de pessoas ligadas por interesses comuns sobre trabalhos desenvolvidos ou planejados nas aldeias; grupos sociais organizados realizando atividades e compartilhando conhecimentos e práticas orientadas para a resolução de problemas decorrentes da concepção, implantação e gestão dos projetos sociais.

Utilizar o conceito de comunidade de prática deu visibilidade a questões latentes nas associações indígenas, o que tornou possível enquadrar conceitualmente aspectos da prática que poderiam ser considerados pontuais, isolados e não passíveis de discussão. Tal conceito permitiu o acesso às sutilezas do campo empírico e trouxe em si a possibilidade de se encaixarem dados de campo que poderiam ficar deslocados ou utilizados aleatoriamente em lugares indevidos.

Na comunidade de prática, tal como proposto por Lave e Wenger (1991), a “participação” se torna conceito-chave para analisar a aprendizagem situada, uma vez que a participação nas práticas sociais é assumida como pré-condição para que a aprendizagem ocorra. Importante ressaltar sobre tal proposição que participação periférica não é considerada como oposição a uma suposta condição central de participação, mas, sim, tomada a partir da interação entre aprendizes e mestres, novatos e veteranos e que a noção de “legitimada” busca revelar os aspectos de pertencimento e aceitação dentro da comunidade.

Com base nas discussões teóricas a respeito da participação, as referências às variadas maneiras de envolvimento dos sujeitos Xakriabá nos projetos sociais das associações foram reveladoras da realidade vivenciada – as intensas mudanças sociais pelas quais estão passando, os enfrentamentos na luta política que travam interna e externamente pela garantia da vida digna, a heterogeneidade dos papéis desempenhados, as relações de poder estabelecidas entre gêneros, gerações, principiantes e veteranos que têm poderes diferentes, possibilidades diferentes, experiências diferentes, enfim, a *participação* tal como vista pelos Xakriabá.

Outro ponto a ser destacado é a centralidade da aprendizagem na teoria de Lave e Wenger (1991). A pesquisa com os projetos sociais dos Xakriabá não possui uma relação direta com a

aprendizagem enquanto categoria analítica. Entretanto, ao ser colocada pelos autores entre as pessoas e o mundo social, a noção de comunidade de prática possibilitou visualizar os aspectos de produção e continuidade da vida nas aldeias Xakriabá, num admirável processo de aprendizagem que implica considerar que a pessoa, a atividade e o mundo se constituem mutuamente. A aprendizagem se apresentou neste trabalho, portanto, como um dos aspectos constitutivos do movimento interno provocado pelo desenvolvimento dos projetos e visibilizado, teoricamente, nas análises das comunidades de prática.

As associações frente aos projetos sociais com seus participantes em diferentes condições de atuação apontam para o processo de aprendizagem que ocorre no interior das comunidades que se reproduzem e se transformam no desenvolvimento das práticas dentro da terra indígena Xakriabá. Com o trabalho nas associações indígenas, os índios precisam lidar com a escrita, usar a matemática comercial, estabelecer relações políticas com as agências de financiamento, dentre outros aspectos; todas essas questões aparecem indissociáveis e dentro do campo da luta política das comunidades.

RELAÇÕES DE PODER, LIDERANÇAS E PROJETOS SOCIAIS: NOVOS ATORES?

Tratar dos projetos sociais conduziu o foco das análises às relações de poder que se estabelecem internamente e nas quais se observam as correlações de forças e a definição das formas de participação dos sujeitos Xakriabá. Nesse sentido, fazem-se necessários alguns esclarecimentos a respeito das percepções locais sobre liderança, hierarquia e as funções políticas desenvolvidas internamente, aspectos fundamentais para compreender a dinâmica das *reuniões*.

O termo *liderança* é muito frequente no discurso local, mas é utilizado com diferentes concepções pelos diferentes sujeitos locais e ainda convive em uma disputa de poder com a figura do *representante*, criada entre os Xakriabá no bojo da redefinição política, por ocasião do reconhecimento do povo indígena pelo Estado Brasileiro. A organização política implantada na década de 1980, no processo de luta pela terra, sob a influência da FUNAI, foi de um poder central, para o qual foi intitulado um cacique que,

a seguir, indicou seus representantes. Desde 2003, sob o comando do seu sucessor, os representantes continuaram existindo, mas agora escolhidos pelas aldeias, num processo democrático. Foram acompanhadas na pesquisa, também, pessoas que desempenhavam papéis de liderança, conforme a concepção usual de língua portuguesa usada pela sociedade nacional: sujeitos que dirigiam ou chefiavam trabalhos, sujeitos que ocupavam uma posição principal em determinados eventos ou circunstâncias.

Tendo em vista as distinções existentes nas relações de poder, serão considerados os “esquemas de poder” em cada aldeia, ou seja, o conjunto das figuras que compõem o poder local: o representante ou vice-representante junto ao cacique, os mais velhos, os sábios ou pajés ou outra figura relevante da religião local, o presidente da associação, a representação junto ao poder municipal – relações com prefeito e vereadores⁸ – membros atuantes da educação escolar e da saúde. Vale dizer que a autoridade é conferida pela posição da família, pela religião, pela sabedoria e participação na luta pela terra e também pela posição política junto ao cacique. É fundamental, no entanto, ressaltar que se trata de promover distinções e não separações dos espaços ocupados por cada uma das lideranças.

Distinguem-se, especialmente, nos esquemas de poder das aldeias, as figuras que detêm uma importância simbólica, com destaque para a participação na luta pela terra. Além disso, ressaltamos as figuras ligadas à religião e os mais velhos, considerados sábios das aldeias. Tais condições conferem ao portador a legitimidade para as reuniões, o que significa ser convidado e usar a fala como liderança e com destaque em plenário.

Observou-se em campo que a condição financeira dos Xakriabá – marcada pela diversidade resultante do acesso ao recurso monetário decorrente das atividades remuneradas que são desenvolvidas dentro da terra indígena – não influencia diretamente as relações de poder. Esse elemento do mundo capitalista, cada vez mais incisivo na economia local, tem provocado não apenas desigualdades entre sujeitos e entre aldeias, mas também um aumento na sua circulação, que altera as relações internas, embora

não seja suficiente, ainda hoje, para determinar completamente as relações de poder.

Os funcionários do serviço público (saúde e educação), apesar de manterem uma relação direta com o próprio salário, prestam contas às lideranças locais que fazem a indicação das pessoas que irão ocupar esses cargos; os comerciantes procuram manter uma relação de cordialidade, devido à natureza da sua atividade; os trabalhadores da roça estão sempre em dificuldade financeira, devido às condições climáticas e da própria qualidade da terra; e os criadores de gado, pelas informações obtidas em campo, são, majoritariamente, de pequeno porte, existindo especulações locais e externas a respeito de criadores com maior poder de produção, que existiriam em algum lugar, mas que nunca se manifestaram. Existe ainda alguma monetarização advinda dos benefícios da previdência social.

Nesse cenário das relações locais, brevemente esboçado, é que se podem discutir os esquemas de poder nas aldeias. Eles, facilmente, se encontram nas ocasiões de *reunião*. Nesse evento, podem-se extrair outras informações políticas: o prestígio do esquema de poder da aldeia proponente da *reunião* pode ser medido pelo atendimento ao convite feito a outras aldeias ou aos agentes externos.

Realizar uma “reunião com lideranças” convocada por qualquer instância (associação, escola, agentes de saúde, ou por agentes externos como prefeitura, Emater, universidades) significa trabalhar com todo o esquema de poder das aldeias. O cacique e os representantes das aldeias compõem o que chamam *reunião de lideranças*, no caso, com a presença somente dos representantes e dos vice-representantes. Há que se compreender, portanto, que existe uma distinção entre reunião **de** lideranças, da qual fazem parte o cacique e os representantes, à qual os Xakriabá chamam *reunião fechada* e a reunião **com** lideranças para todas as que envolvem os esquemas de poder das aldeias, não sendo somente as consideradas tradicionalmente.

Conforme combinação interna, os *representantes* devem ser informados sobre todas as ações da associação. Nas observações em campo, constatou-se que, de fato, o presidente da associação deve prestar satisfação aos *representantes* e acatar sua presença nos momentos coletivos nos quais os projetos sociais são analisados e discutidos, embora, segundo os depoimentos prestados, nem sempre se observe

⁸ Por ocasião da pesquisa, entre 2008 e 2011, o prefeito do município e quatro dos sete vereadores eram indígenas.

uma interação efetiva nos projetos desenvolvidos. Segundo um dos *representantes*, o trabalho da associação: “*é uma coisa que tem que ser passada pra todas as lideranças pra saber em que pé que... em que caminho tá andando a associação, né?*” (Entrevista com representante de aldeia. Caderno de Campo, março 2010).

Há uma preocupação hierárquica, no sentido de que as funções exercidas nas associações, na escola, pelos agentes de saúde e por outras pessoas não desmobilizem ou fragilizem a autoridade do representante. Na visão do Cacique, o representante detém o controle da aldeia e conta com a *ajuda* das funções específicas dos professores, diretores de escolas, agentes de saúde e de saneamento. Ainda segundo o mesmo representante citado acima, o presidente da associação que *caminha sozinho*, além de correr mais risco de cometer erros, pode até ser destituído do cargo.

Outra discussão a respeito de alterações do quadro de poder local refere-se à presença da escolarização, em especial a formação dos professores, por meio dos programas institucionais – PIEI/MG e FIEI/UFMG⁹ – dos quais poderia resultar um declínio do poder tradicional, em posse dos mais velhos, em virtude de um novo poder que se instalaria com a presença da escrita e da escolarização. O envolvimento dos professores nos projetos sociais, por exemplo, foi promovido ou intensificado no seu processo de formação na universidade; além de ter como tarefa acadêmica a escrita de alguns dos projetos desenvolvidos, eles têm aparecido bem mais no cenário local, o que não significa uma substituição das funções exercidas pelas lideranças em geral. Casos como o de uma professora, ocupante do cargo de diretora de escola, aconteceram numa lógica contrária, ou seja, a função destacada na associação, exercida há mais tempo, conduziram-na, naturalmente, ao cargo de professora e ao de diretora de escola.

Os professores, apesar do processo de escolarização e da especificidade da função, não estão naturalmente envolvidos nas atividades da associação. A função de professor, acrescida da participação nos projetos sociais, ao que tudo indica, combinada internamente, é a de professor

de cultura¹⁰. Observou-se, inclusive, que, em muitas reuniões, havia uma espécie de esclarecimento pelo fato de o professor de cultura cumprir um cronograma especial de trabalho e ter outras responsabilidades em relação à cultura, tema, às vezes, não tratado necessariamente em sala de aula com os alunos, porquanto não envolvidos diretamente com os projetos desenvolvidos.

Outra consideração a ser feita refere-se ao processo de formação das lideranças. Observou-se que os mais velhos, embora com pouca oportunidade de escolarização, eram os responsáveis, e responsabilizados, pela preparação dos mais jovens que, geralmente, eram escolarizados. Uma ideia assumida por todos é de que não se conquista o poder pela escolarização; ela tem sido um elemento importante no movimento das aldeias, mas, por si só, não garante mudanças nas relações internas de poder.

A REUNIÃO – O FORMATO, O ARRANJO DO LOCAL E A DEFINIÇÃO DA META

A experiência com a primeira associação nos anos de 1990 nas aldeias da T.I. Xakriabá levou à institucionalização das reuniões como exigência prevista pela documentação das decisões no formato de atas de reuniões, garantindo, assim, o cumprimento das exigências da formalização junto ao estado nacional. Entretanto, em um movimento paralelo e informal, ou melhor, com outra forma de se organizar internamente para a produção de roça, a *reunião* também passou a ser uma prática utilizada dentro dos trabalhos desenvolvidos.

Todo evento coletivo dentro da aldeia é tratado como *reunião*: além das reuniões ordinárias e extraordinárias das associações, são também consideradas *reuniões* as oficinas de trabalho, os cursos conduzidos por agentes externos, as aulas do Proeja Indígena¹¹ dadas nas

⁹ Programa de Implantação das Escolas Indígenas (PIEI) de Minas Gerais, criado em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e os povos indígenas de MG, a UFMG e a FUNAI. Sobre a FIEI, cf. nota 2.

¹⁰ O Professor de cultura foi criado em 2005 (contratado pelo Estado de Minas Gerais), atendendo a reivindicação dos povos indígenas de Minas Gerais, com a intenção de trazer para dentro das escolas aqueles que sabiam sobre a “cultura” de seus respectivos povos, mas não eram formados como professores.

¹¹ Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), em cumprimento ao Decreto 5.840/2006. À época da pesquisa, estava sendo oferecido o curso de Ensino Fundamental com qualificação em agropecuária pelo

aldeias e as atividades coletivas desenvolvidas pelas universidades e pelos órgãos de assistência social.

Após o mapeamento de muitas *reuniões*, observamos que cada participante informa sobre sua condição na aldeia: o lugar que ocupa no arranjo do espaço local onde se realiza o encontro, o uso ou não da fala, o momento em que fala, se ele sabe escrever, se fica quieto. Os participantes das *reuniões* operam seu papel adequadamente. Explorando no *fono* fronteiras espaciais dentre os samoanos, Duranti (1994, p. 55) registrou o que chamou “*the ideal seating arrangement*” (a disposição ideal dos assentos), isto é, constatou três áreas, quais sejam, frente, fundo e lado-tala e ainda uma diferenciação entre centro e periferia. Dentro de cada área, a posição dos indivíduos pode também sinalizar diversos conteúdos informativos, particularmente os relacionados com o status. Da seguinte forma, Duranti explica a organização do *fono*:

Comparando-se o plano ideal para uma ocasião específica com os atuais titulares que ocupavam várias posições na casa, pode-se obter uma leitura inicial sobre a situação política e fazer algumas previsões a respeito do modo como a discussão deveria ocorrer. Assim, dependendo do tipo de *fono* utilizado, espera-se que um conjunto especial de oradores se assente na primeira fileira. Nesse sistema, qualquer variação que fuja àquilo que se considera o plano ideal é potencialmente significativa. Por essa razão, e como sugerido anteriormente, o plano ideal funciona como um esquema cognitivo, [que é a] chave para os participantes interpretarem as contingências do dia. A relação entre a disposição ideal dos assentos e aquela que está em uso dá uma aproximação inicial sobre os possíveis conflitos, tensões e acontecimentos do dia. (DURANTI, 1994, p. 65).¹²

IFNMG-Campus Jaunária, Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.

¹² Tradução nossa do original: *By matching the ideal plan for a particular occasion with the actual titleholders, who occupied various positions in the house, one could obtain a first reading of the political situation and make a few predictions about the way in which the discussion might unfold. Thus, according to the kind of fono that was being held, a particular set of orators would be expected to sit in the front row. In such a system, every slight variation from what is considered the ideal plan is potentially significant.*

As *reuniões* dos Xakriabá também seguem um modelo básico e têm suas variações. Assim como no *fono* samoano, elas devem ser percebidas e interpretadas pelos participantes, independentemente de quem foi o autor da convocação – presidente da associação, pessoal da escola, da saúde, do futebol – o *representante* da aldeia anfitriã dá início à reunião com a oração Pai Nosso, seguido de Ave Maria. Sobre esse detalhe, é bom registrar que, apesar da existência de muitos Xakriabá que acompanham igrejas evangélicas, nunca se ouviu comentário negativo nem reação contrária às orações católicas, o que leva a crer que a oração, para além da manifestação religiosa, é assumida como parte do ritual. Como ritual de início, observaram-se, em algumas ocasiões, experiências de invocação dos espíritos dos antepassados, manifestados através de danças e cantos, ritual muito elogiado por todos no decorrer das falas. O representante acolhe e agradece a todos e destaca as presenças que julgar importantes – agentes externos, *lideranças* de outras aldeias, membros de conselhos e outros. No ritual de início da reunião, o *representante* não faz necessariamente referência à pauta da reunião ou do encontro; aquele momento fica reservado para fazer uma explanação sobre algum assunto interno importante. Caso o evento conte com a presença do cacique, este cumpre a parte inicial do ritual. Se houver outra *liderança* local presente – vereador, presidente de associação –, o *representante* passa a palavra, que é usada da mesma forma, e a última *liderança* a falar passa a palavra ao responsável pela pauta.

O responsável pela pauta faz as considerações que julgar necessárias e pede a participação dos membros na *reunião*. Os primeiros a falar são os mais experientes e aqueles que têm algum respaldo dos sujeitos no esquema de poder presente à *reunião*. As falas são longas e podem ou não tratar do assunto em pauta, mas são escutadas pacientemente.

Nas *reuniões*, existem, portanto, dois tipos de fala: a fala ritual e as intervenções. A fala ritual do *representante* da aldeia na qual a reunião

For this reason, as suggested above, the ideal plan acts as a cognitive schema that provides a key for the participants to interpret the contingencies of the day. The relationship between the ideal seating arrangement and the actual one gives a first approximation of the potential conflicts, tensions, and issues of the day.

acontece, tem, no início, o tom de agradecimento e acolhimento. Nesse momento, independentemente da pauta, falar sobre assuntos de interesse da aldeia faz parte do ritual. Outras *lideranças* presentes, da aldeia anfitriã ou de aldeias visitantes, também fazem fala ritual e esse momento marca a *reunião* politicamente. Quanto maior o número de *lideranças* presentes, mais importante se torna a *reunião* para a aldeia anfitriã ou a *liderança* que fez a convocação. Parece ser inadmissível que haja uma *liderança* que não seja contemplada com o espaço para falar, já que o conteúdo da fala não importa muito; só o fato de elas atribuírem importância ao evento, com seu comparecimento para falar, já cumpre o ritual, ou seja, o importante é o uso da palavra e não o que se diz.

Assim, é adequado dizer que a escolha da estrutura linguística específica para as ações das pessoas, [suas]crenças e sentimentos não reflete simplesmente as relações de poder existentes, mas também as constitui. O código linguístico visto como processo e não como estrutura é uma das ‘tecnologias’ através das quais o poder e a estrutura social podem ser mantidos e renegociados. Em nossa discussão, isto se torna especificamente claro, quando percebemos que as formas linguísticas usadas não apenas indiciam uma posição do falante em relação ao tópico dado ou acusação qualquer, mas também ajudam a constituir os ‘fatos’ em discussão e fornecem as bases para a resolução final do conselho do vilarejo.¹³ (DURANTI, 1994, p. 139).

Essa citação corrobora o fato de que a fala ritual não só faz referência aos temas de interesse das aldeias, mas constituem os próprios temas enquanto tais, isto é, as falas constituem os fatos em discussão. Portanto, dá-se também

importância ao conteúdo, ainda que ele não esteja diretamente associado ao tema da *reunião*. Se uma *liderança* fala de determinado tema, ele é visto como importante, ainda que não tenha desdobramentos diretos na *reunião*. Reiterando, as falas não só refletem as relações de poder, mas também as constituem.

A fala de intervenção, como o próprio nome indica, é marcada pela participação e interveniência nos conteúdos da pauta e nem sempre obedece à sequência hierárquica: todos os que têm alguma experiência dão sua contribuição. Uma *liderança* de outra aldeia pode fazer uso dos dois tipos de fala ao mesmo tempo. Existe ainda uma fala aleatória na reunião: qualquer dos presentes pode usar a palavra para falar sobre qualquer assunto, e será igualmente respeitado.

Quando a *reunião* fica muito dispersa, a pessoa que está conduzindo costuma fazer uma advertência sobre a necessidade de se focar no assunto em pauta, mas ela nem sempre é atendida e nunca há interrupção do falante. Observa-se que as falas em si são importantes nas *reuniões* Xakriabá, independentemente do conteúdo ou do desempenho do orador. Segundo Gnerre (1991, p. 05), as pessoas falam para se comunicar com quem ouve, mas também, às vezes, “[...] para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam atos linguísticos”.

Como mencionado, não só a fala nas reuniões tem uma importância em si, mas também seu orador é tratado com respeito, tanto por quem convocou a reunião e a conduz e que também seleciona politicamente a quem vai conceder a fala, como por quem dela faz uso, a partir de seu convite. Os participantes mais ativos nas *reuniões* o são por domínio do conteúdo, atividade específica desenvolvida em relação ao tema em pauta, ou por serem *lideranças*. Nem sempre são escolarizados. As intervenções orais são claras, densas, coerentes e revelam a visão de mundo dos Xakriabá.

A *reunião* caracteriza-se, portanto, como uma espécie de assembleia comunitária que aqui associamos ao conceito de “comunidade de prática” (LAVE; WENGER, 1991) – ou seja, para além de uma instância de representação coletiva, ela revela a configuração de uma comunidade efetiva que partilha práticas e decide, através de seus muitos procedimentos, sobre assuntos de seu interesse. Ali se vivenciam as relações internas de poder; se atualizam as relações entre diversas

¹³ Tradução nossa do original: *Thus, it is appropriate to say that the choice of specific linguistic framing for people's actions, beliefs, and feelings does not simply reflect existing power relations, it also constitutes them. The linguistic code seen as a process rather than as a structure is one the 'technologies' through which power and social structure can be sustained and renegotiated. In our discussion, this becomes particularly apparent when we realize that the linguistic forms used not only index a speaker's stance with respect to a given issue or accusation but also help constitute the 'facts' under discussion and hence the grounds for the final resolution by the village council.*

instâncias internas e externas às aldeias, e entre os elementos materiais (incluindo os documentos escritos) e as pessoas; é espaço de socialização das informações a respeito dos interesses da terra indígena, enfim, um importante *locus* de aprendizagem no qual se procede à configuração e reconfiguração das próprias aldeias.

Nas *reuniões* em que existe uma interferência de agentes externos, sejam eles os responsáveis pela convocação ou por algum conteúdo a ser desenvolvido, têm a sua dinâmica alterada. Os agentes externos, por desconhecer, não atentar às relações internas de poder, ou mesmo por, deliberadamente, promover uma alteração, tratavam a todos da mesma maneira: não faziam distinção na distribuição das falas nem menção às lideranças locais e incitavam a participação das mulheres antes dos homens. Por outro lado, os Xakriabá, independentemente de quem estivesse conduzindo a *reunião*, respeitavam a hierarquia. Alguns silêncios em dinâmicas de *reuniões* conduzidas por agentes externos, por exemplo, tinham como motivo o costume de um membro falar somente após a manifestação daqueles que considera *liderança*.

MOMENTOS E PASSAGENS DAS REUNIÕES: ALGUMAS CENAS

Como exemplo de que é possível observar o arranjo da *reunião*, será descrita a seguir uma situação observada que contém diversos elementos relevantes discutidos até este ponto neste texto.

Por solicitação de uma das associações, houve o convite ao CAANM¹⁴ para acompanhar a implantação da chamada Casa da Semente Xakriabá. O trabalho com a semente era considerado como continuidade de um dos projetos de casa de farinha financiado pela Carteira Indígena¹⁵. O grupo criado para trabalhar

na casa de farinha realizou um ensaio da semente de milho e, com as sementes avaliadas positivamente pelo grupo, foi criado um campo onde cultivaram as variedades de interesse para iniciar a experiência com a Casa da Semente.

O evento foi dividido em duas partes: na primeira, antes do almoço, aconteceram discussões gerais sobre a casa de semente e à tarde houve trabalho em grupo para definir seu funcionamento. A primeira parte da *reunião* transcorreu no modelo local: ritual de início com o *representante* da aldeia anfitriã, seguido do presidente da associação, logo após, falou o responsável pelo experimento com sementes, seguido pelo diretor de uma escola estadual. Cumpridas as falas rituais, um membro do CAA conduziu a parte em que deu explicações técnicas sobre o funcionamento de uma casa de sementes, momento em que solicitou a opinião dos presentes. Somente as *lideranças* falaram. Diante da informação prestada pelo responsável pelo experimento a respeito da participação das mulheres no trabalho desenvolvido com a semente, o membro do CAA solicitou que fizessem uma intervenção para explicar melhor e elas se sentiram constrangidas. Somente após insistência, a esposa do presidente da associação prestou os esclarecimentos numa intervenção formal, sem incluir comentários pessoais.

Na segunda parte da *reunião*, como proposta do CAA, houve discussão em grupo: nesse momento, sem seguir a hierarquia, falaram os entendidos no assunto. Diferentemente da fala ritual, pessoas que permaneceram silenciosas na plenária, demonstraram muita sabedoria e disposição em colaborar. A dinâmica utilizada nos grupos desfez as relações de poder e houve uma participação bem intensa de todos, como se ali não houvesse *reunião* e, sim, uma conversa informal.

Partindo da hipótese inicial da pesquisa a respeito da influência da posse da escrita e da escolarização nas relações internas, havia sempre, por parte da pesquisadora, uma atenção especial à participação dos professores como aqueles que poderiam representar as presumidas alterações na dinâmica local. A participação deles foi sempre destacada na investigação a respeito dos projetos, no que se refere à escrita, mas nas *reuniões* como espaços políticos, dependia da sua atuação no contexto do evento. Na *reunião* da casa de sementes, somente o diretor da escola falou; mesmo assim, na condição de membro envolvido

¹⁴ Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas: organização da sociedade civil, com sede em Montes Claros/MG que desenvolve programas sobre a diversidade dos camponeses do Norte de Minas Gerais, com enfoque na agroecologia. Assessora diversos projetos desenvolvidos pelos Xakriabá.

¹⁵ A Carteira Indígena é uma ação do governo federal promovida em parceria pelo MMA e MDS, com o objetivo de contribuir para a gestão ambiental das terras indígenas e a segurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas, em todo o território nacional. As associações xakriabá concorreram e tiveram aprovação de diversos projetos nos editais da Carteira Indígena.

na cultura do milho e não como membro atuante da escola.

Os locais das *reuniões* eram combinados anteriormente e recebiam uma arrumação prévia: se festiva a *reunião*, enfeitava-se o local com balões e papéis coloridos, uma mesa forrada com toalha colorida colocada em um lugar de destaque, com algumas cadeiras em volta, sugerindo uma mesa de autoridades e, em alguns casos, um quadro de giz. Teixeira (2008, p. 95) considerou que o local da *reunião* ficava com “ares de sala de aula” e pôde-se observar, em muitos eventos, que a tecnologia vinha alterando esse arranjo: a utilização de datashow substituindo o quadro de giz e mudando a conduta dos responsáveis pela pauta. As cadeiras para os membros nem sempre estavam organizadas e, quase sempre em número inferior ao dos participantes, obrigando alguém da comunidade a buscar mais cadeiras na sala de aula mais próxima, o que dava a impressão de que a *reunião* estava sempre com um número de pessoas superior ao previsto. As cadeiras eram arrumadas em círculo ou em fileiras, assim que se decidia pelo início da *reunião*, promovendo um clima de organização do local no qual todos eram envolvidos.

Na fala ritual de início da *reunião*, os lugares eram definidos. Se a *reunião* tivesse sido convocada pela associação, na mesa tomavam assento os membros da diretoria e o *representante* da aldeia anfitriã; em caso negativo, a mesa era ocupada pelo *representante*, pelo responsável pela pauta e, se fosse o caso, um convidado que, eventualmente, desenvolvia algum conteúdo. *Lideranças* de outras aldeias e agentes externos eram convidados a se sentar em lugares destacados, mas nem sempre na mesa oficial.

(RE)DEFININDO A “META”: A REUNIÃO EM ANDAMENTO

As *reuniões*, em geral, tinham sempre uma pauta anunciada, inserida nos convites e nas convocações dos membros locais, de outras aldeias e agentes externos, mas parecia existir uma “redefinição das metas”, após a configuração da cena, ou seja, parecia existir uma pauta definida e uma meta subentendida. Havia sempre um longo atraso no início da *reunião*; percebia-se que eles ficavam esperando definir a composição da cena para a definição ou redefinição das metas da *reunião*.

Para melhor compreensão, será feita uma breve descrição de duas *reuniões* de uma mesma associação, por ocasião das discussões a respeito da ampliação de um projeto de piscicultura, nas quais se observam, além da redefinição da meta, outros elementos já analisados: organização da cena em função das relações de poder, falas rituais e intervenções e as alterações promovidas, quando da influência de agentes externos na condução da *reunião*.

A piscicultura era um projeto desenvolvido em uma barragem¹⁶ por uma associação, composta por membros das aldeias mais próximas, apontada como alternativa a ser considerada na economia local. Justificada pela tentativa de melhor aproveitamento da barragem pelo conjunto dos Xakriabá, houve, por parte de lideranças de outras aldeias, a proposta de ampliação do empreendimento com a formação de novos grupos compostos por membros de outras associações de aldeias mais distantes. A atividade era intimamente ligada às ações da Codevasf dentro da terra indígena, de quem dependiam para assistência técnica e para a doação dos alevinos e ração na primeira etapa do trabalho. Outras parcerias como Emater, Ibama, IEF, Prefeitura Municipal entraram, fornecendo outros itens, como tanques-rede e congelador.

As lideranças interessadas na ampliação, juntamente com o presidente da associação, marcaram uma *reunião* para a qual convidaram os órgãos externos, os membros veteranos da piscicultura e um grupo de indígenas que potencialmente poderia participar do projeto de ampliação. Os representantes da Codevasf, Emater, IEF não compareceram, mas a *reunião* contou com a presença do prefeito e do seu assessor, além do assessor de um deputado que financiara uma das ações, por meio de emenda parlamentar e da pesquisadora que, àquela altura, foi considerada como representante do IFNMG-Campus Januária, onde atuava como professora. Com a cena assim definida, a *reunião* passou a ter como meta, além de apresentar a proposta aos parceiros presentes, prefeitura municipal, IFNMG-Campus Januária e dar satisfação ao deputado a respeito da reivindicação atendida, promover o

¹⁶ Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), órgão ligado ao Ministério da Integração Nacional. Em 1981, realizou a construção de uma barragem no Rio Itacarambi, na divisa da área indígena com o município de Manga.

convencimento em relação à viabilidade da proposta da ampliação aos potenciais membros e da piscicultura aos veteranos. O momento foi aproveitado para motivar os possíveis novatos e para sensibilizar os veteranos para que fosse possível, nos novos grupos, contar com o *know-how* deles.

A reunião foi aberta pelo representante da aldeia anfitriã, que não demonstrou muito entrosamento com o projeto de piscicultura, cumprindo somente o seu papel político. Ele teve o cuidado de repassar a palavra para a continuidade da *reunião*, de maneira a respeitar a hierarquia do esquema local de poder. Assim, primeiramente, a palavra foi repassada a um morador local que, apesar de não ser membro da piscicultura, era filho do representante anterior, vereador da localidade. Tratava-se de um professor que havia sido anteriormente vice-presidente da associação e era um dos idealizadores da proposta de ampliação do empreendimento. Somente depois citou o principal articulador da proposta, e também vereador, que não foi considerado autoridade naquela aldeia. O pessoal da prefeitura que estava presente, inclusive o próprio prefeito¹⁷, não foi contemplado com fala no ritual de início da *reunião*, somente depois. Coube ao professor a explicação inicial a respeito da proposta de ampliação da piscicultura da associação local.

Ele iniciou sua fala, justificando as ausências de representantes das instituições convidadas por ele: Codevasf, Emater, Secretaria da Agricultura. Em seguida, explicou o objetivo da *reunião* e agradeceu a presença das comunidades, do prefeito e secretário. Somente após a parte ritual é que o principal articulador da proposta fez sua intervenção com as explicações devidas, colocando definitivamente o assunto em discussão. Com a redefinição da meta, as intervenções realizadas, além de discutir a formação dos novos grupos com o apoio dos veteranos, tentava arregimentar apoio concreto da prefeitura, do gabinete do deputado e do IFNMG-Campus Januária.

Com o mesmo objetivo de acertar a ampliação da piscicultura, houve nova *reunião*

três meses depois; dessa vez, a data foi previamente acertada com os agentes externos de maior interesse, de modo a garantir uma cena compatível com a meta. Deveriam comparecer Codevasf, Emater e Secretaria da Agricultura. Convidadas como pessoas ligadas a instituições consideradas relevantes aos indígenas, também estavam presentes a pesquisadora, representando o IFNMG – Campus Januária, e duas outras: uma da FAE/UFMG¹⁸ e outra da UFSJ, que pretendia desenvolver trabalho com a escola da aldeia onde estava ocorrendo a reunião. Os representantes da Codevasf eram dois da equipe Arranjos Produtivos Locais e o coordenador do Projeto Amanhã, daquele órgão.

A *reunião* não contou com o ritual Xakriabá, o que é comum quando ela é conduzida por agentes externos. Teve seu início nos moldes das reuniões das instituições da sociedade nacional, com uma rodada de apresentações: os técnicos se apresentando ao povo Xakriabá e aos parceiros que, por sua vez, se apresentaram a eles. A referência inicial ao assunto principal da pauta coube ao morador da aldeia anfitriã, que era o mesmo da *reunião* anterior:

Boa tarde, né... Meu nome é João, moro na aldeia Itapicuru e sou vereador, inclusive [ênfase]. A gente está aí, né, junto o grupo com a expectativa de novos grupos... da gente tirar uma nova novas turmas, né? E que a gente tá querendo fazer o ampliamento do grupo aqui. A gente veio participar dessa reunião de hoje e nós já tivemos outras reuniões aqui, né, a gente vê o que é que pode tá dando... melhorando, dando condições melhores e vê se a gente consegue realmente ampliar o projeto, né? (Reunião em 22/07/2009. Relatório de Campo)

O discurso do professor não demonstrou ser de membro do grupo que reivindicava a ampliação; pareceu ser de uma liderança forte e engajada, que se empenhava em dar suporte à iniciativa da ampliação, cumprindo sua função

¹⁷ O prefeito somente foi considerado liderança nos eventos conduzidos por agentes externos, tais como: a Audiência Pública da Assembleia Legislativa de MG e a reunião do Conselho de Segurança sob a orientação da Polícia Militar de Minas Gerais.

¹⁸ O projeto da piscicultura foi selecionada para participar da II Jornada da Rede Franco-Lusofônica - Ergologia, Trabalho e Desenvolvimento - realizada em Belo Horizonte, no período de 03 a 07 de novembro de 2009 e aquele foi o momento em que a pesquisadora conheceu de perto a experiência sobre a qual havia conhecido mediante contato verbal.

dentro da aldeia, postura diferente da que tivera na *reunião* anterior, quando assumiu o lugar de inserido e aprendiz, num possível novo grupo. A participação do mesmo sujeito, em *reunião* com a mesma temática, difere de acordo com a meta definida. O sujeito em questão passou de membro do possível grupo de aprendiz, quando a meta era resolver questões internas, para a atuação de vereador engajado, para mostrar força política aos prováveis financiadores do novo empreendimento.

Quando finalizou a rodada de apresentações, um dos técnicos da Codevasf tratou de apresentar o assunto da reivindicação. Nesse momento, observei que a meta que deveria, ou poderia, ter sido alcançada na *reunião* anterior foi finalmente trabalhada: ao presidente da associação e profundo conhecedor da dinâmica da piscicultura, caberia demonstrar o êxito do empreendimento, a adaptação com a tecnologia e o conhecimento de que a Codevasf já havia sinalizado a T.I. Xakriabá com novas propostas. Às outras lideranças coube apresentar ao financiador as reivindicações do momento. O presidente fez questão de citar as experiências negativas com a avicultura e a horta comunitária, projetos financiados pela Carteira Indígena, para comparar com o êxito da piscicultura. Diante disso, pôde-se entender que havia um recado à Codevasf: caso houvesse mais investimento no grupo, optariam por ampliar a piscicultura.

PARTICIPAÇÃO, APRENDIZAGEM, CONSENSO E CONFLITOS

Outro ponto muito interessante na reflexão sobre a participação refere-se ao processo de aprendizagem que ocorre na implantação e gestão dos projetos sociais. Como afirmado anteriormente, a “aprendizagem”, em um deslocamento conceitual, entrou nas análises pela via da “participação”, conforme conceito proposto por Lave e Wenger (1991). Tratou-se de considerar a própria participação das pessoas como fonte de informação e aprendizagem, em um processo de troca de umas com as outras, não somente por meio dos discursos, mas também do que elas faziam umas às outras, umas com as outras e junto com as outras.

Além da aprendizagem para lidar com a burocracia – matemática financeira, planilhas, arquivos, livros para acompanhamento administrativo – existe a preocupação com a socialização das experiências, como forma de

contribuir para outros trabalhos desenvolvidos internamente.

Os Xakriabá hoje estão participando de várias atividades, né, na saúde, educação, nos projetos sociais como um todo, né, que pra reunir um grupo maior fica um pouco difícil, mas o importante é que as pessoas que estão aqui, estão hoje aqui representadas, né, ela leva isso em frente. Tudo que a gente pega em algum momento, em alguma reunião, numa participação, a gente, de certa forma é multiplicador daquilo que pega, né, o que a gente aprendeu. O importante é isso, que no momento oportuno qualquer um dos que estão aqui presentes participando desse momento, que chegue em outra aldeia, no momento oportuno e pode falar um pouco do que viu aqui né, e isso multiplica. O importante é isso, nós somos multiplicadores do que nós aprendemos em qualquer outra área, né, que é importante pro nosso povo. (Intervenção de uma liderança na reunião para instalação da Casa da Semente Xakriabá em 23/01/2010. Relatório de Campo)

No discurso acima, faz-se presente a preocupação com os rumos da terra indígena Xakriabá e com a disseminação das ideias debatidas no coletivo, para criar uma unidade com o objetivo de alcançar o bem viver para todos¹⁹.

Muitas das reuniões de uma associação que era mais experiente foram organizadas, de forma a dar acesso às outras associações aos processos vivenciados que possibilitaram êxito em projetos desenvolvidos. Não se configura, contudo, como um processo pedagogicamente organizado, como tradicionalmente tratado nas teorias da educação. Mas a aprendizagem é visível na condução da *reunião*, na interação intencional observada nas falas, no simbolismo presente, na apresentação cuidadosa e bem explicada dos assuntos.

¹⁹ Os Xakriabá tem um estudo de ampliação dos limites territoriais já concluído pela FUNAI em 2012 e que aguarda, como muitos outros, a homologação que deve ser feita pela presidência da república. A discussão em torno da sustentabilidade socioambiental na TIX vem acontecendo de forma recorrente desde 2004, quando foi realizado um Diagnóstico da Economia Xakriabá através da parceria de uma associação local e a UFMG (cf. GOMES; MONTE-MOR, 2006).

Uma observação importante refere-se ao resultado da participação dos sujeitos nas associações, do ponto de vista do consenso e dos conflitos gerados. A experiência de campo e a reflexão posterior sobre o material gerado apontaram a busca pela coesão social do próprio povo indígena como aspecto relevante e que esses indígenas mais valorizam na produção e reprodução do grupo. Suas falas rituais e de intervenção incessantemente se referem à união do grupo e à busca pelo consenso, por meio da acomodação de conflitos latentes. Aquilo a que se denomina aqui como consenso, com base na busca pela união a que se referem os sujeitos, é o processo de acomodação do movimento interno das aldeias, a partir do reconhecimento da pluralidade de opiniões, na qual um extenso e paciente processo de negociação consegue resolver situações problemáticas. Tais aspectos demarcam sua continuidade enquanto povo Xakriabá, através de mecanismos internos e tradicionais que podem ser considerados também como de *aprendizagem*.

Diferentemente do sistema democrático, tal como é proposto de forma paradigmática na sociedade nacional, aqui não há submissão da minoria pela maioria numa disputa que se resolve por meio do voto em situações conflitantes. O discordante, que tem de acompanhar a maioria, não o faz com atitude oposicionista, aguardando o momento de “virar o jogo a seu favor”. Entre os Xakriabá, as divergências internas existem, mas não são tratadas ostensivamente; todos falam e agem como se houvesse consenso, ou essa forma de agir é uma das estratégias de tentar avançar, sempre, na direção do consenso. Somente o envolvimento com as questões locais torna possível perceber conflitos e as tentativas para solucioná-los. Quando o conflito é motivado por falta de informação, existe um trabalho cuidadoso de sanar as dúvidas, sendo muito comum que exista, em situações de *reunião*, uma *palestra* sobre algum assunto que tenha provocado alguma reação.

Os conflitos latentes, conforme abordado, pareciam passar por um processo de acomodação sem que para isso tivessem necessariamente de ser explicitados, principalmente em público. Somente em poucas ocasiões da pesquisa foram observados embates: uma foi na primeira *reunião* sobre a proposta de ampliação da piscicultura já analisada. Usando a expressão “*tem muita cabeça e nunca que bate certo uma com a outra*”, um

membro veterano e muito respeitado no grupo do projeto de piscicultura fez uma inconfidência ao questionar a viabilidade da ampliação do projeto, tendo em vista uma possível concorrência nos moldes capitalistas entre as aldeias e suas associações. Ciente de que havia alterado a pauta proposta para a *reunião*, quando quis saber detalhes da proposta, já que as disputas não costumam ser explicitadas, favoreceu um rico diálogo com a liderança, igualmente forte e influente, da outra aldeia que liderava a criação de novos grupos. Tratou-se de um embate forte, mas respeitoso e que chegou a um consenso.

A liderança citada acima e outros poucos Xakriabá fazem questão de manifestar eventuais desgostos nas *reuniões*; nesses momentos, o assunto polemizado pode instigar uma espécie de palestra bem consistente com justificativas que, na maioria das vezes, silenciam a quem levantou a polêmica. Quando o assunto polêmico afeta somente a alguns sujeitos ou a interesses particulares, observa-se algum burburinho, mas que não interfere no andamento da reunião. Não sendo considerada relevante no contexto da discussão, a intervenção obtém, como reação, somente um silêncio de respeito à sua posição contrária.

Outra consideração nos processos relacionados aos projetos sociais refere-se à formação das lideranças. Na perspectiva da comunidade de prática (LAVE; WENGER, 1991), o convívio dos mais experientes em uma ou outra atividade com aprendizes não dispensa a presença dos mais velhos como responsáveis pela manutenção das tradições Xakriabá. O jovem que está ali na comunidade de prática deve aprender valores, o que é ou não conveniente para o povo Xakriabá. Em uma oportunidade, a pesquisadora fez uma provocação deliberada a um entrevistado sobre a formação de lideranças, sugerindo a possibilidade de um escolarizado, com uma atuação destacada na sua função específica, tomar o lugar das lideranças mais antigas com menos ou sem escolarização. O diálogo foi esclarecedor e é transcrito a seguir:

Pesquisadora: A gente vê que os professores e os agentes de saúde são pessoas mais jovens. Os mais jovens têm poder de tomar o lugar dessas lideranças mais antigas?

Entrevistado: Tomar?

Pesquisadora: É.

Entrevistado: *Eu não diria tomar, mas talvez naturalmente, naturalmente pode ser é... pessoas que talvez vem sendo preparada né? Porque quem prepara não é... num sou nem eu que me auto-preparo; é a própria comunidade que vai olhando, vai olhando... Por exemplo, hoje mínimo é da condição de diferença de idade do cacique anterior ele é jovem né, mas ele, com certeza, todo trabalho dele tá sendo também observado quer queira ou não... Aí as lideranças, aí os mais velhos que acompanham e aí na escola várias coisas tá de olho né? Então, quer dizer, se por ventura de uma outra pessoa, por mais que seja mais jovem que ele com certeza não é assim, ele tomou esse lugar mas sim a comunidade confiou esse lugar.*

Pesquisadora: Os mais velhos estão observando os mais jovens?

Entrevistado: *Com certeza.*

Pesquisadora: Mesmo que esses mais jovens, por exemplo, sejam mais estudados do que os mais velhos?

Entrevistado: *Mesmo que seja mais estudado porque é ...*

Pesquisadora: Porque os mais velhos tiveram menos acesso às escolas...

Entrevistado: *E é até muito cobrado hoje. Os mais velhos têm cobrado muito que muitas coisas, que às vezes são coisas que andava sem problema e às vezes hoje com todos os acesso às informações novas, o estudo mais evoluído nessa juventude, tem coisa que não acontecia dentro e às vezes tá na mãos das própria pessoas que já tem a... como que chama... a prática da questão da escrita, do conhecimento. Então, por isso ele é sempre um aluno, ele não deixa de ser um aluno de verdade dos mais velhos. Então é isso que é importante também. Nessas reuniões interna que muitas vezes acontecem é chamado a atenção disso aí, né, pra tá sempre com cuidado. (Entrevista em 25/07/2009. Relatório de Campo)*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos sociais autogeridos pelas comunidades e suas associações têm apresentado situações desafiantes para as relações internas de poder nas quais se define a própria participação. Existem sutilezas no que se refere à hierarquia local que se revelam: entre as atitudes mais conservadoras e as situações novas trazidas pela prática da associação e seus projetos, existe um caráter dinâmico que provoca modificações, ao mesmo tempo em que reforça algumas características que marcam a organização social tradicional. A *reunião* pode ser considerada como um ponto alto no movimento interno das aldeias, no qual a participação nos projetos sociais se define numa interação muito própria dos Xakriabá. A coesão do grupo, vista como imprescindível na organização social, se constrói no consenso estabelecido e na acomodação de conflitos.

As análises apresentadas neste artigo demonstraram que a *reunião* configura-se como um importante evento local dentre os Xakriabá. Trata-se de uma prática social que se constitui como local de discussões e decisões sobre o destino das aldeias e da T.I. Xakriabá como um todo. Os arranjos e rearranjos feitos na condução da *reunião*, seja na distribuição dos assentos, seja na distribuição das falas ou na dos temas tratados, são importantes informações dadas e percebidas localmente e, nem sempre, visíveis ou perceptíveis aos agentes externos.

A participação na *reunião* é valorizada e considerada pelos Xakriabá como uma demonstração de interesse e comprometimento para com as ações e atividades desenvolvidas nas aldeias. O processo formativo presente nas ações e iniciativas relacionadas aos projetos sociais é regido pelo princípio da solidariedade. As contradições e os conflitos locais passam por um processo de coesão negociada e se acomodam ou com a solução das questões que lhe deram origem, ou com a posição estratégica de transformá-la em questão latente a ser apresentada em outra oportunidade.

Uma última consideração a ser feita refere-se a mudanças recentes nas relações de poder. Apesar de manter a hierarquia tradicional (ou, pelo menos, desde o período da luta pela terra) com o Cacique e os *representantes*, um novo ator – as lideranças relacionadas às associações e aos projetos – apresenta-se nas discussões e

encaminhamentos locais, tensionando as relações de poder. Da mesma forma, a gestão continuada por três mandatos com prefeitos indígenas e a direta implicação na vida política do município tem também gerado mudanças recentes cujos desdobramentos ainda não estão bem definidos. Com os projetos sociais, de um lado, e a entrada no cenário político institucional, de outro, os Xakriabá adentram problemas da sociedade nacional antes para eles desconhecidos, assim como trazem novas questões para dentro das dinâmicas tradicionais de controle social, experienciadas nas aldeias. Novos sujeitos e novas fronteiras vão se estabelecendo no universo Xakriabá, fruto de experiências novas e desafiantes.

TEIXEIRA, Isis Aline Vale. **Conhecendo a Vida das Mulheres Xakriabá: Gênero e Participação**. (233 f.). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Educação, Belo Horizonte, 2008.

Referências:

DURANTI, A. **From Grammar to Politics**: Linguistic anthropology in a Western Samoan Village. Berkeley: University of California Press, 1994.

DURANTI, Alessandro. Language as Culture in U.S. Anthropology; Three Paradigms. **Current Anthropology**, v. 44, n. 3, p. 323-347, June 2003.

DURANTI, A. **Antropología Lingüística**. Tradução de Pedro Tena. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

ESCOBAR, Suzana A. **Educação Indígena Xakriabá: saberes e lutas na vida e na voz do seu povo**. (170f.) Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação, Uberlândia, 2004.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GOMES, A.M.R.; MONTE-MÓR, R.L.M. Educação e alternativas de produção: diagnóstico da economia e implementação de projetos de sustentabilidade junto à comunidade indígena Xakriabá (norte de Minas Gerais). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA ARIC – ASSOCIATION POUR LA RECHERCHE INTERCULTURELLE NA AMÉRICA LATINA, 3., 2006. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2006.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Situated Learning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MYERS, G. Communities of practices, risk and sellafield. In: BARTON, D.; TUSTING, K. (Ed.). **Beyond communities of practices: language, power and social context**. New York: Cambridge University Press, 2005.

SANTOS, Rodrigo Martins dos. **O gê dos gerais: elementos de cartografia para a etno-história do planalto central: contribuição à antropogeografia do cerrado**. 2013. 346 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2013.